

07 CÉSAR MAIA

Uma polêmica afirmação do presidente Figueiredo de certa maneira marcou o início da década de 80. Dizia ele: "A economia vai bem, mas o povo vai mal". A década de 80 se encerra numa curiosa conjuntura que poderia ser marcada adaptando e parafraseando a assertiva do início dos anos 80: "Os empresários vão bem, mas a economia e o povo vão mal".



Análise dos balanços preliminares de centenas de empresas industriais, comerciais, financeiras e agropecuárias mostra que os lucros de 1989 foram de longe os maiores da década. Em meio à maior crise jamais vivida pela economia brasileira, os resultados das empresas retratam mais um paradoxo de nossa economia dual. Por coincidência ou não, o fato é que às vésperas da hiperinflação alemã, em 1922, ocorreu situação semelhante. Tais fatos só reforçam a necessidade de uma permanente análise e acompanhamento dos desdobramentos da conjuntura, tarefa da qual a oposição não pode renunciar.

O regime democrático se apóia e se equilibra dinamicamente na dialética entre governo e oposição. A oposição cumpre o

seu dever de patriotismo e lealdade aos princípios democráticos quando exerce, na plenitude, seu papel de oposição, na crítica e na fiscalização dos atos do governo, tendo como inspiração o interesse público. Mesmo que, eventualmente, surjam áreas de concordância, no dia seguinte a oposição deverá voltar a cumprir a sua função democrática. Neste sentido, a dúvida não é apenas um direito da oposição, mas quase uma obrigação.

O Brasil enfrenta três crises articuladas e dependentes. Uma, que vem do passado, com a nossa história: a de um país que nunca se democratizou. Sua solução passa pela democratização dos espaços sócio-políticos, pela democratização do Estado, de um Estado Catorial que serve principalmente aos poderosos interesses econômicos, e pela democratização dos mercados, que funcionam em grande medida cartelizados e artificialmente protegidos.

A segunda crise é a determinada pelo futuro. O ambiente pós-industrial conforma uma sociedade da informação que, de certa maneira, pulveriza a sociedade. Isto traz como exigência para o desenvolvimento a descentralização, a desconcentração e a mais ampla democratização. Se é fato que esta crise condicionou as

Ainda há tempo para o efetivo exercício da transição

reformas nas economias centralizadas no campo socialista, abate-se com maior vigor nas economias centralizadas e socialmente excludentes da América Latina. O desenvolvimento agora virá com liberdades democráticas, ou não virá.

A terceira crise é a fantástica crise conjuntural de uma inflação que exige medidas corajosas, que objetivem uma desflação rápida. A graduação entra como resultante da interação das ações do governo com as reações da sociedade. O gradualismo como objetivo primário é a morte do programa de estabilização. Em resumo, as medidas são aquelas do receituário do bom senso: ajuste fiscal de caráter financeiro imediato, inflação corretiva de câmbio e preços públicos, flexibilização das relações externas, controle monetário rígido, equacionamento das dívidas externa e interna e adaptação da política salarial.

O exercício da dúvida e da crítica não nos permite sermos otimistas em relação a 1990. De um lado vemos o fastio do governo que sai, em longa temporada de praia. Logo ele que tanta força fez para ficar. Do outro lado, o vácuo de idéias orgânicas, arejado pela brisa de ilhas exóticas. A combinação das atitudes provavelmente alimentará a crise intestina e desembocará em medidas iniciais adjetivas e pictóricas. Se for assim, certamente os ricos sobre viventes do naufrágio de 1989 não escaparão do ciclone. E a década de 90, se iniciará ao ritmo dos 80: mais um ano perdido.

Mas ainda há tempo para vir algum sinal de delegação e para o efetivo exercício da transição, que não podem ocorrer por controle remoto. A atitude deve ser de coragem para uma ampla execução das medidas no primeiro dia, quando os conflitos com o Legislativo e com a sociedade ainda estarão minimizados pela memória do voto. Mormente quando a estabilização deveria ser também a partida para outros tempos. Não acreditamos que tal linha de decisões seja adotada já nos primeiros dias do próximo governo. A crise se aprofundará além das expectativas. E então, desde a trincheira da oposição, estaremos torcendo para que nos faltem razões.



□ César Maia é deputado federal e ex-secretário da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.